


A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA ENTRE TEORIA E METODOLOGIA: OBJETO, FONTES E ESCRITA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

THE HISTORIOGRAPHICAL OPERATION BETWEEN THEORY AND METHODOLOGY: OBJECT, SOURCES, AND WRITING IN THE PRODUCTION OF HISTORICAL KNOWLEDGE

LA OPERACIÓN HISTORIOGRÁFICA ENTRE TEORÍA Y METODOLOGÍA: OBJETO, FUENTES Y ESCRITURA EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO HISTÓRICO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-505>

Data de submissão: 11/03/2024

Data de publicação: 11/04/2024

Marcio Andre Martins de Moraes

Doutor em História Social

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: marcioammoraes@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8738-0485>

RESUMO

O artigo analisa as relações entre teoria e metodologia da História a partir da noção de operação historiográfica, compreendendo o conhecimento histórico como resultado de práticas intelectuais, técnicas e narrativas historicamente situadas. Partindo do debate sobre o objeto da História e a crítica das fontes, o texto examina a constituição do campo disciplinar no século XIX e suas reconfigurações ao longo do século XX, com destaque para as contribuições do historicismo, da hermenêutica histórica e da Escola dos Annales. Argumenta-se que teoria e metodologia não constituem esferas autônomas, mas dimensões indissociáveis do trabalho do historiador, manifestando-se na seleção, interpretação e problematização das fontes, bem como nas formas de escrita da história. Ao enfatizar a historicidade das categorias analíticas, das temporalidades e das estruturas narrativas, o artigo propõe uma abordagem reflexiva da prática historiográfica, atenta às condições epistemológicas, sociais e culturais da produção do conhecimento histórico. Por fim, sustenta-se que a operação historiográfica permanece um eixo central de problematização diante dos desafios contemporâneos, como a ampliação dos regimes de memória, a pluralização das fontes e a incorporação de ferramentas digitais na pesquisa histórica.

Palavras-chave: Teoria da História. Metodologia da História. Operação Historiográfica. Escrita da História. Conhecimento Histórico.

ABSTRACT

This article examines the relationship between theory and methodology in History through the concept of the historiographical operation, understanding historical knowledge as the outcome of intellectually, technically, and narratively situated practices. Starting from debates on the object of History and source criticism, the article analyzes the constitution of the disciplinary field in the nineteenth century and its reconfigurations throughout the twentieth century, highlighting contributions from historicism, historical hermeneutics, and the Annales School. It argues that theory and methodology are not autonomous spheres but inseparable dimensions of the historian's work, expressed in the selection, interpretation, and problematization of sources, as well as in the writing of history. By emphasizing the historicity of analytical categories, temporalities, and narrative

structures, the article proposes a reflexive approach to historiographical practice that is attentive to the epistemological, social, and cultural conditions of historical knowledge production. Finally, it maintains that the historiographical operation remains a central field of inquiry in light of contemporary challenges, such as expanding regimes of memory, the diversification of sources, and the incorporation of digital tools into historical research.

Keywords: Theory of History. Historical Methodology. Historiographical Operation. Historical Writing. Historical Knowledge.

RESUMEN

Este artículo analiza la relación entre teoría y metodología en Historia, partiendo de la noción de operación historiográfica, entendiendo el conocimiento histórico como resultado de prácticas intelectuales, técnicas y narrativas históricamente situadas. Partiendo del debate sobre el objeto de la Historia y la crítica de las fuentes, el texto examina la constitución del campo disciplinario en el siglo XIX y sus reconfiguraciones a lo largo del siglo XX, destacando las contribuciones del historicismo, la hermenéutica histórica y la Escuela de los Annales. Argumenta que la teoría y la metodología no son esferas autónomas, sino dimensiones inseparables del trabajo del historiador, que se manifiestan en la selección, interpretación y problematización de las fuentes, así como en las formas de escritura histórica. Al enfatizar la historicidad de las categorías analíticas, las temporalidades y las estructuras narrativas, el artículo propone un enfoque reflexivo de la práctica historiográfica, atento a las condiciones epistemológicas, sociales y culturales de la producción de conocimiento histórico. Finalmente, se argumenta que la operación historiográfica sigue siendo un eje central de la problematización ante los desafíos contemporáneos, como la expansión de los regímenes de memoria, la pluralización de fuentes y la incorporación de herramientas digitales en la investigación histórica.

Palabras clave: Teoría de la Historia. Metodología de la Historia. Operación Historiográfica. Escritura de la Historia. Conocimiento Histórico.

1 OBJETO, FONTES E ESCRITA: TEORIA E METODOLOGIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A reflexão sobre metodologia e teoria da história emerge da necessidade de compreender como o conhecimento histórico se constitui enquanto prática científica específica, articulando objeto, fontes e escrita em uma operação intelectual e socialmente situada. Longe de se reduzir a um conjunto de técnicas auxiliares, a metodologia histórica envolve escolhas teóricas que definem o que é tomado como objeto legítimo do passado, quais vestígios são reconhecidos como fontes e de que maneira a escrita organiza, justifica e comunica a pretensão de verdade do discurso histórico. Nesse sentido, teoria e metodologia da história não podem ser pensadas separadamente, pois ambas dizem respeito às condições de possibilidade da produção do conhecimento histórico.

Este texto sustenta que, desde o século XIX, a história se constitui como disciplina científica por meio de diferentes paradigmas teórico-metodológicos, cada qual formulando respostas específicas aos problemas do objeto, das fontes e da escrita. Inicialmente, examina-se a autonomização da reflexão teórica no interior do historicismo alemão, destacando a consolidação do método crítico das fontes e a distinção entre explicação causal e compreensão interpretativa. Em seguida, analisa-se a inflexão introduzida pelo materialismo histórico, que desloca o foco do método para a crítica das categorias sociais e para a construção de totalidades históricas contraditórias, redefinindo tanto os objetos privilegiados quanto o estatuto das fontes.

Na sequência, o texto aborda as reformulações promovidas pela Escola dos Annales, que ampliam o campo do objeto histórico, diversificam os tipos de fontes mobilizadas e transformam profundamente a escrita da história, sobretudo por meio da noção de história-problema e da pluralidade das temporalidades. Por fim, a discussão desloca-se para os debates contemporâneos sobre narrativa e operação historiográfica, especialmente a partir das contribuições de Michel de Certeau e Jörn Rüsen, que permitem compreender a produção do conhecimento histórico como uma articulação entre práticas de pesquisa, formas narrativas e funções sociais de orientação temporal.

Ao longo do percurso, argumenta-se que a metodologia histórica não se limita à crítica das fontes ou à escolha entre explicação e compreensão, mas envolve a reflexão sobre as formas narrativas por meio das quais o passado é configurado e tornado socialmente significativo. Assim, teoria e metodologia da história são compreendidas como dimensões inseparáveis de uma prática intelectual que transforma vestígios do passado em narrativas historicamente situadas, dotadas de sentido, legitimidade e função cultural na vida social.

A autonomização da teoria da história costuma ser localizada na *Historik* de Georg Gottfried Gervinus (1805 -1871)¹, publicada em 1837. Ao propor “fundamentos de teoria da história”, Gervinus separa a reflexão sobre o conhecimento histórico tanto da filosofia especulativa da história quanto da simples técnica erudita, definindo um campo próprio dedicado ao estatuto do objeto, ao papel das fontes e à forma de exposição. A história aparece, assim, como disciplina com problemas específicos: como recortar o passado em objeto, como justificar a pretensão de verdade e como organizar a narrativa de modo coerente com os procedimentos de pesquisa.

Com os “novos historiadores” alemães, a partir da obra inaugural de Leopold von Ranke² (1795 – 1886) em 1824, o método histórico se estrutura em torno da crítica das fontes e da noção de objetividade documental. Ranke formula o ideal de *wie es eigentlich gewesen ist* ou “mostrar como as coisas realmente foram”, ancorando a legitimidade da história na seleção e crítica rigorosa de documentos de arquivo, o que desloca o centro da disciplina para o trabalho de pesquisa empírica e estabelece uma gramática de procedimentos (heurística, crítica externa e interna, síntese narrativa). Johann Gustav Droysen (1808-1884), em sua *Historik* (lições desde 1858)³, sistematiza esse método a partir de uma matriz hermenêutica, destacando que não se trata de uma ciência naturalista, pois a história não se enquadraria nas ciências naturais (*Erklären*) os fenômenos por leis causais gerais. Deixa claro que a história compreende (*Verstehen*) ações humanas dotadas de sentido, intenção e finalidade. Nesse sentido, entendemos que se aproxima da perspectiva Hegeliana das ciências do espírito (*Geist*) e não a Natureza (*Natur*), dessa maneira vemos uma proximidade com as a ideia do espírito do tempo (*Zeitgeist*), algo comum da tradição filológica da historiografia alemã do século XI. Distinguindo etapas: heurística (busca e reunião das fontes), crítica (valoração) e interpretação/compreensão, definindo a história como ciência do “espírito” que exige reconstrução de sentidos.

Wilhelm Dilthey (1833–1911) foi um filósofo e historiador alemão ligado ao chamado historicismo, conhecido por tentar fundamentar teoricamente as (*Geisteswissenschaften*)

¹ *Grundzüge der Historik* (1837), um dos primeiros textos a sistematizar a teoria da história como campo próprio. Gervinus concentra-se no estatuto da narrativa histórica, na forma de exposição e na delimitação de problemas e métodos específicos para a disciplina, marcando a autonomização da *Historik*, *Para saber mais*: GERVINUS, Georg Gottfried. Fundamentos de teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2012

² Obra inaugural dos “novos historiadores” alemães, cujo prefácio formula o ideal de “mostrar como as coisas realmente foram” com base em crítica rigorosa de fontes. Marca a virada para a pesquisa de arquivo e a centralidade do método documental na legitimação da história como ciência. A obra original em questão é RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. Leipzig/Berlim: Reimer, 1824

³ Introduz sistematicamente a *Historik* de Droysen: distingue heurística, crítica, interpretação/compreensão e exposição, sob uma matriz hermenêutica. Define a história como ciência do espírito, em que o método histórico visa à compreensão do devir e cuja exposição pode assumir formas investigativa, narrativa, didática ou discursiva. A tradução em português: DROYSSEN, Johann Gustav; BENTIVOGLIO, Julio César. **Manual de teoria da história**. Vozes, 2009.

“ciências do espírito” (história, sociologia, psicologia, estudos da cultura) em oposição ao modelo das ciências naturais. Em vez de explicar o comportamento humano por leis gerais, Dilthey defendia que a vida histórica e cultural deve ser compreendida a partir da experiência vivida (*Erlebnis*)⁴ e interpretada por meio da hermenêutica, isto é, de um esforço de compreensão do sentido das ações, textos e obras culturais em seu contexto histórico. Entre suas obras mais citadas estão a *Introdução ao estudo das ciências humanas* (1883) e textos como *A formação do mundo histórico nas ciências humanas*⁵, nos quais elabora a ideia de uma “crítica da razão histórica”, propondo que o ser humano é sempre um ser situado no tempo, constituído por relações históricas e culturais, e que o conhecimento histórico é a forma privilegiada de compreender essa condição

Ernst Bernheim (1850- 1942), em seu *Lehrbuch der historischen Methode* (1889)⁶, consolida essa tradição em forma de manual, seu objetivo não é formular uma filosofia da história, mas estabelecer regras técnicas capazes de garantir a cientificidade do trabalho do historiador, buscando a objetividade do trabalho historiográfico. Nesse sentido, Bernheim afirma a centralidade da crítica das fontes, dividida em crítica externa, voltada à verificação da autenticidade, e crítica interna, dedicada à avaliação da credibilidade do conteúdo, como fundamento de toda investigação histórica. A isso se soma uma classificação tipológica dos documentos, fontes primárias, secundárias... que orienta o grau de confiança e o tratamento analítico de cada fonte, bem como uma concepção de prova histórica baseada na corroboração e na verossimilhança, e não na certeza absoluta. Ao defender princípios de exposição clara, ordenada e cronologicamente controlada, além de um ideal de objetividade metodológica, Bernheim contribui decisivamente para a profissionalização da história no final do século XIX, consolidando um modelo de prática historiográfica normativo, técnico e institucionalizado. Nessa fase, método e teoria se articulam em torno de um ideal de cientificidade que privilegia a explicação causal e a reconstituição fiel de fatos e contextos a partir de fontes criticadas.

⁴ Dilthey contribui com o debate da vida-prática com a obra “essência da filosofia” é uma reunião de textos em que Dilthey expõe, de forma concentrada, sua visão da filosofia como reflexão enraizada na vida e na experiência histórica, não como sistema puramente abstrato. A obra retoma e desenvolve o ensaio homônimo de 1907 (*Das Wesen der Philosophie*), articulando partes da *Introdução às ciências do espírito* e fragmentos póstumos para mostrar que a filosofia deve partir da experiência vivida (*Erlebnis*), das expressões históricas da vida (arte, religião, ciência) e do trabalho hermenêutico de compreensão, em continuidade com o projeto de uma “crítica da razão histórica” que distingue o modo de conhecer próprio das ciências humanas em relação às ciências naturais. Para saber mais: DILTHEY, Wilhelm. A essência da filosofia. Editora Vozes Limitada, 2018.

⁵ Esses textos podem ser encontrados em: DILTHEY, Wilhelm. Wilhelm dilthey: selected works, volume iv: hermeneutics and the study of history. Princeton University Press, 2018.

⁶ Manual clássico da “escola alemã”, sistematiza a disciplina em capítulos sobre conceito de história, crítica de fontes, interpretação e exposição. Procura articular história política e história cultural, defendendo uma visão “genética” que relacione singular e geral, indivíduos e coletividades. Para saber mais: BERNHEIM, Ernst. *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. Duncker und Humblot, 2023.

A partir da segunda metade do século XIX, o materialismo histórico de Karl Marx (1818 - 1883)⁷ introduz outro modo de pensar objeto, fontes e escrita, ao conceber o processo histórico como história de modos de produção, lutas de classes e formas de dominação. A teoria deixa de ser apenas reflexão sobre regras de método para se tornar crítica das categorias pelas quais a sociedade capitalista organiza a experiência (mercadoria, trabalho, Estado, ideologia), o que reorienta a escolha de objetos (classes, movimentos, formas de exploração), a leitura das fontes (como expressões de relações sociais) e a narrativa, concebida como reconstrução de totalidades contraditórias. No século XX, a Escola dos Annales reformula o problema metodológico a partir da ideia de história-problema, longa duração e diálogo com as ciências sociais. Com Marc Bloch (1886 -1944) e Lucien Febvre (1878 -1956) e, depois, Fernand Braudel (1902-1985), o objeto histórico passa a incluir estruturas econômicas e sociais, mentalidades e “vida prática” de populações anônimas; as fontes se alargam para séries seriais (preços, demografia), registros cotidianos e documentos culturais; e a escrita abandona a sucessão de eventos para organizar-se em camadas temporais (tempo geográfico, social, político), sendo uma das principais contribuições a de Paul Vidal de La Blache⁸ (1845 - 1918) com o possibilismo geográfico, muito explorado por Braudel em “O mediterrâneo”.

A História cultural a partir dos annales, propões entender como diferentes sociedades produzem e compartilham significados, símbolos, práticas, representações e formas de vida, usando a cultura como prisma central de análise em vez de focar apenas em eventos políticos ou econômicos. A escola dos Annales, que teve papel decisivo para a consolidação da história cultural, reúne várias gerações de historiadores, entre os quais se destacam mais tarde, nomes como Jacques Le Goff⁹,

⁷ Uma das obras mais completas nesse sentido, e que orientou os rumos da historiografia no século XX foi MARX, Karl. O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. Paz e Terra, 2023, neste ensaio histórico-político que interpreta o golpe de Luís Bonaparte articulando conflito de classes, formas institucionais e ideologia. Exemplifica o materialismo histórico em operação: o evento político é lido como expressão de estruturas sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que Marx explora recursos literários e irônicos para criticar a repetição farsesca da história.

⁸ A obra “Princípios de Geografia Humana”, de Vidal de La Blache, apresenta a geografia humana como estudo das relações entre sociedade e natureza, rejeitando o determinismo ambiental e propondo o possibilismo, segundo o qual o meio oferece condições e limites, mas a ação humana é criativa e ativa na organização do espaço; a partir daí, desenvolve os conceitos de região como unidade básica de análise. Para saber mais: LA BLACHE, Paul Vidal. Princípios de geografia humana. Lisboa: Cosmos, 1954.

⁹ Nesse livro, Le Goff acompanha, da Antiguidade à Idade Média, a formação da ideia de Purgatório como “terceiro lugar” do além, mostrando como mudanças nas crenças sobre morte, pecado e salvação revelam transformações profundas na sensibilidade religiosa e nas estruturas sociais do Ocidente medieval. Para saber mais: LE GOFF, Jacques. O nascimento do purgatório. Lisboa: Estampa, 1993

Emmanuel Le Roy Ladurie¹⁰, Pierre Nora¹¹, Jacques Revel¹² e outros também se tornaram referências nessa tradição, ampliando o estudo de mentalidades, cotidiano

A teoria da história se reconfigura como reflexão sobre paradigmas (historicista, marxista, annaliste, culturalista etc.), cada qual com sua definição de objeto privilegiado, de estatuto das fontes e de forma legítima de narrativa.

Na discussão contemporânea de metodologia, tornou-se central distinguir explicação, interpretação e compreensão como modos de relacionar teoria, método e escrita. A explicação remete, em sentidos distintos, a modelos nomológico-dedutivos (inspirados nas ciências naturais) ou a redes de causalidade histórica, enfatizando conexões entre fatores estruturais, conjunturas e eventos. A interpretação destaca o trabalho de atribuição de sentido a ações, textos e práticas, aproximando história de hermenêutica e da análise de significados, enquanto compreensão insiste na reconstrução empática ou estruturada das intenções e horizontes de sentido dos sujeitos históricos. Autores ligados à tradição alemã (Droysen, Dilthey, Weber) já haviam tematizado essa tensão entre explicação e compreensão. No século XX, essa reflexão desloca-se para a relação entre níveis de análise histórica e a forma narrativa, e esse movimento pode ser visto com clareza em autores como Hayden White¹³, Reinhart Koselleck¹⁴ e Jörn Rüsen¹⁵.

¹⁰ A partir dos registros da Inquisição, Ladurie reconstrói minuciosamente o cotidiano, as relações sociais e o imaginário religioso de uma pequena aldeia camponesa nos Pireneus, oferecendo um retrato detalhado das práticas culturais e das mentalidades de camponeses e hereges cátaros na Baixa Idade Média LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montailhou: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

¹¹ Obra coletiva dirigida por Nora que propõe o conceito de “lugar de memória” para designar símbolos, espaços, objetos e comemorações em que a memória coletiva se cristaliza, usando exemplos franceses (como monumentos, datas, arquivos, livros escolares) para pensar a relação entre identidade nacional, memória, esquecimento e escrita da história. No Brasil esse capítulo específico foi publicado pelo projeto História da USP: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

¹² Um breve Ensaio publicando no Livro de Giovanni Levi, neste texto Revel discute a microanálise e o trabalho “ao rés-do-chão”, defendendo que olhar para escalas muito pequenas (casos locais e situações particulares) permite enriquecer a história social e cultural, complexificando modelos gerais e revelando lógicas ocultas nas práticas e experiências do cotidiano REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In.: LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial–Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII, p. 17-18, 2000.

¹³ A principal contribuição vem com a obra WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2002, nela White mostra que a história combina explicações causais com interpretações de sentido organizadas em enredos e tropos, de modo que a narrativa não é mera “embalagem”, mas parte constitutiva da própria explicação histórica.

¹⁴ Em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Koselleck, aprofunda essa questão ao discutir como diferentes regimes de experiência e expectativa temporal moldam as perguntas e categorias com que o historiador constrói sua narrativa, articulando passado, presente e futuro. Para saber mais: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto Editora, 2021.

¹⁵ Já em *Razão histórica* ou nos textos sobre consciência histórica, Rüsen, o foco recai na forma como os diversos tipos de narrativa histórica (tradicional, exemplar, crítica, genética) estruturam a relação dos sujeitos com o tempo, de modo que teoria do conhecimento histórico passa a ver método não apenas como técnica de crítica de fontes, mas como articulação entre tipos de perguntas, regimes de prova e formas de escrita, abrindo espaço para os debates contemporâneos sobre linguagem, narrativa e consciência histórica. Para saber mais: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*. Brasília: UnB, 2001

A noção de “operação historiográfica”, debate do segundo capítulo da primeira parte “As produções do lugar” no compilado de textos de Michel de Certeau que foi publicado como a “Escrita da História” (Certeau, 1982) permite integrar objeto, fontes e escrita em um mesmo quadro teórico, entendendo a produção do conhecimento histórico como série articulada de momentos: posição do historiador em um lugar social (instituições, públicos, demandas), práticas de pesquisa (seleção e tratamento de fontes, aplicação de métodos) e escrita (configuração narrativa). Nessa perspectiva, a escrita não é simples etapa final de exposição, mas o momento em que o trabalho de pesquisa se transforma em narrativa orientadora da experiência temporal, dotada de forma, enredo, começo e fim, e capaz de articular duração, permanência e mudança em um quadro inteligível. Desse modo, a teoria da história passa a interrogar a operação historiográfica em seu conjunto: que problemas sociais e políticos orientam a escolha do objeto? Que tipos de fontes são tornados visíveis ou invisíveis? Que formas narrativas são escolhidas (épica nacional, história social, micro-história, história global, perspectiva decolonial) e quais experiências temporais elas autorizam (tempo linear de progresso, tempo catastrófico, longas durações, memórias traumáticas)? Ao deslocar a atenção do “método correto” para a totalidade da operação, a teoria da História mostra que o conhecimento histórico é sempre situado e que suas formas de escrita exercem função cultural e política na sociedade.

Jörn Rüsen (2007) oferece uma síntese importante ao conceber teoria da história como teoria dos componentes da história enquanto ciência e como forma de orientação da vida prática. Em seus trabalhos sobre consciência histórica e didática da história, Rüsen (2015) define a consciência histórica como a capacidade de articular experiências do passado, interpretações do presente e expectativas de futuro em narrativas que orientam a ação. Segundo Assis (2010) A teoria organiza, assim, três componentes:

- uma dimensão cognitiva (conceitos, categorias, explicações);
- uma dimensão estética-narrativa (formas de trama, tipos de narrativa);
- e uma dimensão prática (funções de identidade, crítica, legitimação ou emancipação).

Rüsen (2001) distingue modalidades narrativas (tradicional, exemplar, crítica, genética), cada uma associada a modos diferentes de experimentar o tempo, da repetição cíclica à mudança processual aberta, e a funções distintas na vida prática dos sujeitos e coletividades.

White (2002), por outro lado, radicaliza a dimensão construtiva da consciência histórica ao mostrar que toda escrita da história é mediada por escolhas de forma, tramas¹⁶, figuras¹⁷ e tropos¹⁸, que impedem qualquer espelhamento neutro do passado; em *Metahistória*, a consciência histórica aparece como capacidade de configurar o passado em enredos (tragédia, comédia, romance, sátira) que tornam os acontecimentos inteligíveis, enquanto em *O passado Prático*¹⁹ ele distingue entre o “passado histórico” disciplinar e o “passado prático”, feito de memórias, mitos e tradições efetivamente mobilizados nas decisões morais e políticas do presente. Nessa perspectiva, a subjetividade não é um desvio a ser eliminado, mas o próprio terreno em que a relação com o passado se constrói; a objetividade possível é reflexiva: consiste em explicitar e discutir criticamente os dispositivos narrativos por meio dos quais certos passados se tornam disponíveis para uso prático, em vez de supor uma narrativa “pura” e desinteressada.

A metodologia histórica, nesse quadro, não se reduz à crítica de fontes ou à escolha entre explicação e compreensão, mas inclui a reflexão explícita sobre que tipo de narrativa se produz e para que tipo de orientação ela serve (conservar, criticar, transformar). A articulação com debates sobre narrativa (como em Hayden White) reforça esse ponto: se White enfatiza a estrutura literária das formas de escrita histórica (trama, figuração, tropologia), Rüsen recoloca a questão da função prática, mostrando como essas formas narrativas integram a operação historiográfica e alimentam a consciência histórica. Esse eixo permite concluir que “metodologia e teoria da história” não dizem respeito apenas a técnicas e conceitos, mas à maneira como a disciplina transforma objetos e fontes em narrativas que orientam, criticam e reconfiguram a experiência do tempo na vida social.

¹⁶ Para Hayden White, a escrita da história não é um mero reflexo passivo do passado, mas um processo ativo de emplotment (entrelcho), no qual o historiador organiza fatos dispersos em uma narrativa dotada de sentido. Segundo essa perspectiva, a realidade histórica não possui uma estrutura dramática inerente; é o historiador quem a “inventa” ao moldar os acontecimentos em uma das quatro tramas clássicas: o Romance, a Tragédia; a Comédia; ou a Sátira. Assim, a verdade histórica torna-se indissociável da forma literária escolhida para contá-la.

¹⁷ As figuras na teoria de Hayden White funcionam como o vocabulário simbólico que o historiador utiliza para dar “rostro” e movimento aos elementos do passado, transformando dados brutos em representações carregadas de significado. Sendo as 3 possíveis: Relações de Agência: Definem quem é o motor da mudança (agente) e quem é moldado pelas circunstâncias (paciente/vítima); Estrutura Causal: Ao figurar um evento como “crise”, estabelece-se uma urgência e uma causalidade diferente de quando ele é figurado como “evolução gradual”; e Valoração Moral: A escolha de termos figurativos carrega juízos implícitos, transformando a narrativa técnica em um campo de significação ideológica.

¹⁸ Para Hayden White, os tropos (ou figuras de linguagem) são as estruturas profundas da consciência linguística que permitem ao historiador transformar a realidade histórica em um objeto de compreensão. Eles funcionam como “estilos de pensamento” que precedem a própria escrita. Ele apresenta 4 delas: Metáfora (Representação); Metonímia (Redução); Sinédoque (Integração); Ironia (Negação)

¹⁹ Hayden White não aborda necessariamente o debate sobre passado prático em *Metahistória*, mas parece no artigo: WHITE, Hayden. O passado prático. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018.

2 ENTRE CIÊNCIA E HISTORICIDADE: OS HISTORICISMOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NO SÉCULO XIX

No século XIX, o chamado “historicismo” designa um conjunto de reflexões e práticas que tornam a história um saber autônomo, com objeto, método e forma de escrita próprios. Mais do que apenas um estilo erudito, trata-se da formação de um campo disciplinar que passa a definir o que conta como conhecimento histórico legítimo e como esse conhecimento deve ser narrado.

Desde cedo, a palavra “historicismo” foi usada de modos diferentes, mas, em sentido estrito, ela remete à descoberta da singularidade histórica e à tentativa de fazer dessa singularidade o núcleo de uma ciência do histórico. No século XIX alemão, essa descoberta implicou, ao mesmo tempo, a profissionalização universitária da história e a elaboração de uma teoria específica da prática historiográfica, a *Historik*. Ao longo dessa trajetória, nomes como Georg Gottfried Gervinus (1805 - 1871)²⁰, Leopold von Ranke (1794 - 1886)²¹, Johann Gustav Droysen (1808 - 1884)²², Hippolyte Bernheim (1850 - 1919)²³ (Bernheim, 1937) e, mais tarde, Friedrich Meinecke (1862 - 1954)²⁴,

²⁰ Gervinus propõe uma historiografia que supera o mero acúmulo de factos, defendendo que o historiador deve identificar as leis orgânicas do desenvolvimento das nações para transformar o passado num instrumento de educação política e consciência nacional. Ao unir erudição e utilidade prática, a obra busca orientar o progresso da liberdade e a ação no presente, tratando a história como uma força vital para a formação da identidade de um povo. Para saber mais: GERVINUS, Georg Gottfried. **Fundamentos de teoria da história**. Tradução de Nélcio Schneider. Brasília: Editora UnB, 2012.

²¹ Esta obra marca o nascimento da historiografia científica ao substituir a narrativa moralizante pela análise rigorosa de fontes primárias, focando nos conflitos políticos e militares que uniram as nações românicas e germânicas na transição para a modernidade. No seu célebre prefácio, Ranke estabelece que o historiador não deve julgar o passado ou instruir o futuro, mas limitar-se a relatar os fatos “como eles efetivamente ocorreram”, consolidando o método crítico-filológico como o padrão ouro para a investigação histórica profissional. Para saber mais: RANKE, Leopold von. **Historia de los pueblos románicos y germánicos (1494-1514)**. Tradução de Victoriano García Vicuña. Madrid: Gaspar y Roig, 1879.

²² Nesta obra, fundamental para a consolidação da história como disciplina autônoma, Droysen estabelece a compreensão (*Verstehen*) como o método específico das ciências históricas, distinguindo-as das ciências naturais, que buscam a explicação causal. O autor argumenta que o historiador não deve apenas coletar fatos, mas interpretar os “fatos de pensamento” e as manifestações do espírito humano que permanecem nos vestígios do passado. Para Droysen, a história é um processo contínuo de autoconhecimento da humanidade, onde o método histórico consiste na investigação interpretativa de materiais que, embora fragmentados, revelam o movimento ético e cultural das sociedades ao longo do tempo. Para saber mais: DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história** (Grundriss der Historik). Tradução de Sara Albieri. Petrópolis: Vozes, 2009, como também: ASSIS, Arthur Alfaix. **What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of historiography**. New York: Berghahn, 2014.

²³ Esta obra é uma versão condensada do monumental Lehrbuch der historischen Methode, considerado o primeiro grande manual sistematizado de metodologia histórica. Bernheim organiza o trabalho do historiador em etapas rigorosas, *heurística* (busca de fontes), *crítica* (verificação de autenticidade), *interpretação e exposição*, defendendo que a história é uma ciência social que deve buscar leis de evolução psíquica coletiva. Diferente de Ranke, Bernheim amplia o olhar para além da política e dos grandes personagens, enfatizando que o fato histórico deve ser compreendido dentro de sua conexão causal e seu contexto social e cultural. Para saber mais: BERNHEIM, Ernst. **Introducción al estudio de la Historia**. Tradução de P. Galindo Romeo. Barcelona: Labor, 1937.

²⁴ Enquanto *A Gênese do Historicismo* é uma obra de fôlego teórico que celebra a revolução intelectual alemã ao substituir a visão estática do Iluminismo pela compreensão da história como um processo vivo, orgânico e baseado na individualidade humana, *A Catástrofe Alemã* funciona como uma autocrítica dolorosa escrita após a Segunda Guerra Mundial, na qual Meinecke analisa como o desvio para o militarismo e o culto ao poder do Estado traíram essa herança cultural, levando a Alemanha ao abismo moral do nazismo. Em suma, a primeira obra mapeia a ascensão do espírito histórico alemão, enquanto a segunda lamenta sua queda e propõe um retorno aos valores humanistas de Goethe para a

(Meinecke 1993; 2006), sintetizaram um ideal de ciência histórica que seria criticado tanto por Friedrich Nietzsche (1844 - 1900)²⁵ (Nietzsche, 2005) quanto por Karl Lamprecht (1856-1915)²⁶ (Lamprecht, 1905) e revisitado por intérpretes como Georg G. Iggers (1926-2017) (Iggers, 2014).

Já em Johann Gottfried von Herder (1744–1803)²⁷, no fim do século XVIII, encontra-se uma concepção orgânica do devir que insiste na individualidade de cada povo e época, reivindicando que cada tempo seja compreendido “a partir de si mesmo”, e não por padrões externos ou leis universais. Essa valorização do singular histórico prepara o terreno para o historicismo, ao legitimar a ideia de que contextos específicos têm lógica própria e exigem uma abordagem compreensiva, não meramente dedutiva.

Johann Martin Chladenius (1710-1759)²⁸, por sua vez, tematiza o “ponto de vista” como categoria central da interpretação histórica, mostrando que toda narrativa depende da posição de quem vê e ordena os fatos. Friedrich Schleiermacher (1768 – 1834)²⁹ Schleiermacher, com sua

reconstrução nacional. Para saber mais: MEINECKE, Friedrich. **A Gênese do Historicismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2006; MEINECKE, Friedrich. **A Catástrofe Alemã**. Lisboa: Edições 70, 1993.

²⁵ Nietzsche critica o ideal da objetividade absoluta e o acúmulo exaustivo de factos, típicos do historicismo científico do século XIX, por considerar que essa erudição excessiva transforma a história numa carga morta que paralisa a ação. Para o filósofo, o conhecimento do passado não deve ser um fim em si mesmo ("conhecer por conhecer"), mas deve servir exclusivamente à potencialização da vida e à criação do futuro; caso contrário, a história torna-se uma doença que consome a força vital do indivíduo e da cultura. Para saber mais: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

²⁶ Lamprecht propõe uma mudança de paradigma: em vez de focar em grandes indivíduos e eventos políticos, a história deve ser uma ciência psicológica coletiva baseada na cultura (Kulturgeschichte). Ele defende a busca por leis gerais que expliquem a evolução da "alma do povo" e das estruturas sociais, tratando a história como o desenvolvimento da consciência das massas ao longo das épocas. Para saber mais: LAMPRECHT, Karl. **What is History?: Five Lectures on the Modern Science of History**. Nova York: Macmillan Company, 1905.

²⁷ Herder propõe uma visão orgânica e pluralista da história, defendendo que a humanidade não evolui numa linha única, mas através da singularidade de cada povo (*Volk*). Para ele, a cultura, a geografia e a linguagem moldam a identidade de cada nação, que possui um valor intrínseco e o seu próprio "centro de gravidade". A história é, portanto, o florescimento dessas diversas individualidades na busca comum pelo ideal de Humanidade (*Humanität*). Para saber mais: HERDER, Johann Gottfried. **Ideas para una filosofía de la historia de la humanidad**. Buenos Aires: Losada, 2010.

²⁸ Chladenius estabelece as bases da hermenêutica histórica ao introduzir o conceito de "Ponto de Vista" (*Sehepunkt*). Ele defende que a história é inerentemente perspectivada, pois cada observador relata os factos a partir da sua posição e contexto específicos. O trabalho do historiador não é eliminar estas perspectivas, mas compreendê-las para extrair a verdade dos eventos e superar as obscuridades das fontes. Para saber mais: CHLADENIUS, Johann Martin. **Princípios gerais da ciência histórica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

²⁹ Schleiermacher transforma a hermenêutica numa teoria geral da compreensão, baseada no equilíbrio entre dois eixos: a interpretação gramatical (as regras da língua) e a interpretação psicológica (a subjetividade do autor). O seu objetivo é reconstruir o processo criativo do autor para compreender o texto na sua totalidade, estabelecendo o conceito de círculo hermenêutico, onde a parte só é compreendida através do todo e vice-versa. Para saber mais: SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. Petrópolis: Vozes, 2000. A evolução do círculo hermenêutico demonstra uma transição da técnica de interpretação para a própria condição da existência humana: enquanto Schleiermacher o define como um método para reconstruir o equilíbrio entre as regras da linguagem (gramática) e a subjetividade individual do autor (psicologia), Dilthey expande essa lógica para o campo das ciências humanas, vendo o círculo como a interação necessária entre a experiência vivida e a compreensão da história como um todo. Por fim, Gadamer rompe com a ideia de uma objetividade pura ao propor que o círculo hermenêutico é uma "fusão de horizontes", onde o intérprete não anula o seu presente, mas o utiliza como ponto de partida inevitável para dialogar com o passado,

hermenêutica, reforça essa sensibilidade ao enfatizar a compreensão de textos como fusão entre sentido originário e horizonte do intérprete, o que se tornará decisivo para pensar a relação entre fonte, historiador e narrativa.

É nesse contexto que Georg Gottfried Gervinus, em 1837, publica o *Fundamentos de teoria da história (Historik)*, frequentemente apontado como uma das primeiras tentativas sistemáticas de formular uma teoria específica da história como disciplina. Ao deslocar a atenção para o estatuto das narrativas históricas, Gervinus propõe que a história possui uma “arte” própria, comparável à poética, na qual a unidade formal e a coerência interna da obra historiográfica são constitutivas do conhecimento produzido.

Gervinus pensa a *Historik* como reflexão sobre as condições de possibilidade do trabalho histórico: a escolha de temas, a organização do material, a construção de nexos causais e a forma de exposição. Assim, ele contribui para separar a teoria da história de uma mera filosofia geral do devir, fundando-a como campo autônomo ligado diretamente à prática de pesquisa e escrita dos historiadores.

Com a *Historia de los pueblos románicos y germánicos (1494-1514)* publicada originalmente em 1824, Ranke se torna figura emblemática dos “novos historiadores” que reivindicam um método baseado em fontes primárias e crítica documental rigorosa. O ideal de escrever a história *wie es wirklich war* “tal como realmente foi” sintetiza a pretensão de objetividade empírica e legitima a história como ciência de fatos, fundada em arquivos, correspondências, documentos de Estado.

Esse programa, porém, não elimina a dimensão narrativa: Ranke organiza o passado em torno de Estados, diplomacia, guerras e “épocas” dotadas de unidade, consolidando um modelo de história política que dá forma à experiência temporal moderna. Ao mesmo tempo, a prática rankeana, disseminada por seminários universitários, contribui decisivamente para institucionalizar a disciplina: cátedras, rotinas de pesquisa, critérios de crítica de fontes e padrões de escrita tornam-se marcas de um campo profissional distinto.

Droysen desenvolve, em suas aulas e no *Manual de teoria da história* (publicado a partir de 1857/58), uma teoria ampliada da história como ciência do espírito, estruturada em etapas como heurística, crítica, interpretação e representação. Para ele, não se trata apenas de acumular fatos, mas de compreender ações humanas dotadas de sentido, o que exige uma reflexão metodológica sobre como o historiador passa da fonte bruta à narrativa significativa.

transformando o ato de compreender em um evento histórico contínuo e inesgotável. Para saber mais: DILTHEY, Wilhelm. **La construcción del mundo histórico en las ciencias humanas**. Madrid: Editorial Anthropos, 2015. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Bernheim, com o *Introducción al estudio de la Historia*, originalmente em 1889, codifica essa tradição em forma de manual, sistematizando regras de crítica externa e interna, classificação de fontes, técnicas de comparação e formas de exposição. O livro, reeditado e ampliado, torna-se referência para gerações de historiadores e simboliza a “escolarização” do método histórico: a disciplina agora dispõe de um conjunto de procedimentos reconhecidos, ensinados e avaliados segundo padrões compartilhados.

Karl Lamprecht, historiador de Leipzig, tensiona esse padrão ao propor uma história das “forças culturais” e das “massas”, enfatizando séries de longa duração e elementos psicológicos coletivos. Sua tentativa de deslocar o foco da história político-diplomática para estruturas culturais e socioeconômicas é recebida com forte resistência pela escola tradicional, que o acusa de psicologismo e de abandonar a crítica rigorosa de fontes.

O “caso Lamprecht” revela que o historicismo não é um bloco homogêneo, mas um campo em disputa sobre o que conta como objeto legítimo (Estado, sociedade, cultura) e que tipo de narrativa deve ser considerada propriamente científica. Ao questionar a centralidade da história política e propor outras escalas temporais, Lamprecht antecipa temas que serão retomados, mais tarde, por abordagens como a história social e a história das mentalidades.

Do lado da filosofia, Nietzsche formula uma crítica contundente à cultura historicista em textos como *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*, denunciando o “excesso de história” que paralisaria a capacidade de ação. Ao distinguir modos monumental, antiquário e crítico de se relacionar com o passado, ele atinge diretamente a confiança do historicismo oitocentista na acumulação erudita como via privilegiada de esclarecimento.

Para Nietzsche, a cultura saturada de erudição histórica perde a perspectiva da vida prática, tornando-se incapaz de criar valores novos. Sua crítica, portanto, não é apenas à metodologia, mas à forma de consciência histórica produzida pela disciplina: uma relação com o passado que tende à contemplação e à justificativa, mais do que à transformação.

No século XX, Friedrich Meinecke escreve *A Gênese do Historicismo* originalmente em 1936, onde reconstrói a formação do historicismo como conquista espiritual que substitui explicações gerais por uma valorização da individualidade histórica. Para ele, o núcleo do historicismo está em compreender os fenômenos em sua particularidade contextual, o que consolida uma forma específica de pensar o tempo, a política e a cultura.

Ao mesmo tempo, Meinecke reconhece as tensões dessa posição, que pode dificultar interpretações mais amplas e comparativas, especialmente quando confrontada com catástrofes como o nazismo, discutidas em obras posteriores como *A Catástrofe Alemã*, originalmente em 1946. Já

Iggers, publica *The German conception of history: The national tradition of historical thought from Herder to the present* em 1968, analisando retrospectivamente essa tradição, destaca a ambivalência do historicismo entre uma relativização radical e a pretensão de objetividade científica, mostrando como a disciplina oscilou entre ser uma ciência do Estado e uma reflexão mais abrangente sobre sociedade e cultura.

Ao recompor esse percurso, é possível enxergar o historicismo do século XIX como o momento em que a história se torna disciplina universitária, com uma *Historik* que articula objeto, método e escrita. Gervinus, Ranke, Droysen e Bernheim não apenas definem regras de pesquisa, mas também estabilizam uma forma de narrativa erudita que organiza a experiência temporal em termos de épocas, Estados e individualidades significativas, oferecendo à sociedade moderna um modo específico de orientação no tempo.

As críticas de Nietzsche, as disputas em torno de Lamprecht e as releituras de Meinecke e Iggers mostram, por outro lado, que esse regime historicista de verdade histórica é historicamente situado e, portanto, contestável. Ao formular esse ponto em prova, vale sublinhar que os “historicismos” são, ao mesmo tempo, teoria, prática disciplinar e forma de consciência histórica, o que os torna fundamentais para entender a formação do campo de História e os debates posteriores sobre narrativa, sentido e função social do conhecimento histórico.

3 ENTRE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: A PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DOS ANNALES

A Escola dos Annales surge em 1929, sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre, com a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Desde seus primeiros editoriais, o grupo assume uma postura crítica em relação ao “eventualismo” da história política tradicional e ao culto da cronologia factual. Em seu lugar, propõe uma história-problema, orientada pela análise de estruturas econômicas e sociais, por ritmos de longa duração e por novos objetos de investigação, como mentalidades, representações e sensibilidades, em diálogo sistemático com a geografia³⁰, a

³⁰ Paul Vidal de la Blache, em *Princípios de Geografia Humana*, estabelece as bases da geografia moderna ao propor uma interpretação das relações entre sociedade e meio natural que rompe tanto com o determinismo ambiental quanto com explicações puramente naturalistas. A obra defende o *possibilismo*, segundo o qual o meio oferece possibilidades e limites, mas são as sociedades humanas, por meio da técnica, da cultura e da história, que escolhem e organizam suas formas de ocupação do espaço. Vidal enfatiza conceitos como região, gênero de vida e paisagem, compreendendo o espaço geográfico como resultado de processos históricos de longa duração, nos quais práticas econômicas, hábitos culturais e adaptações sociais se articulam ao ambiente físico. Nesse sentido, o livro inaugura uma abordagem histórica e cultural do espaço, profundamente influente não apenas na geografia, mas também na historiografia do século XX, sobretudo na tradição dos Annales, ao reforçar a ideia de que o espaço é um elemento ativo na explicação dos fenômenos sociais e históricos. Para saber mais VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de geografia humana*. Tradução de Maria Leonor

sociologia³¹, além de usos mais específicos da demografia, a economia³² e a psicologia social³³. Obras como essas exercem forte influência ao deslocarem o foco da análise histórica para as relações de dependência, os sistemas de crença em torno do poder e as práticas camponesas, entendidas como dimensões fundamentais da organização social. Nesses estudos, o núcleo da vida histórica deixa de ser buscado nos grandes acontecimentos políticos ou nas ações de personagens excepcionais, passando a ser compreendido a partir da vida cotidiana, das experiências de grupos anônimos e das estruturas sociais, econômicas e simbólicas que moldam a existência coletiva ao longo do tempo.

Guimarães. 2. ed. Lisboa: Cosmos; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1954. Nessa direção temos a obra de Lucien Febvre, em **A Terra e a evolução humana**, critica o determinismo geográfico ao afirmar que o meio natural não determina mecanicamente o curso da história, mas oferece **possibilidades** que são historicamente apropriadas pelas sociedades. A natureza, portanto, só se torna fator explicativo quando mediada pela ação humana, pela técnica e pela cultura. A obra propõe uma história atenta às condições geográficas sem reduzir o social ao natural, contribuindo decisivamente para a renovação historiográfica do século XX e para a consolidação da perspectiva interdisciplinar dos Annales. Para saber mais: FEBVRE, Lucien. **A Terra e a evolução humana**. Lisboa: Cosmos, 1953.

³¹ Podemos pensar o núcleo durkheimiano nos Annales remete à apropriação, por Bloch e Febvre, da sociologia de Émile Durkheim, com sua definição de fato social como algo exterior, geral e dotado de força coercitiva sobre os indivíduos. Ao tomar “os fatos sociais como coisas”, Durkheim fornece aos historiadores um modelo de ciência empírica voltada às regularidades coletivas, às instituições e às formas de consciência compartilhada, que os Annales traduzem em história-problema e em atenção às estruturas sociais de longa duração. Nesse núcleo, interessa menos a biografia de indivíduos e mais a morfologia da sociedade, as normas, os ritos, as formas de solidariedade, o que abre caminho para que Bloch e Febvre pensem a história como análise das formas de vida social. Para saber mais: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Temoa a contribuições também de Mauss e Halbwachs representam o desdobramento do núcleo durkheimiano na direção das representações coletivas, deslocando o foco dos indivíduos isolados para os quadros sociais em que se formam crenças, lembranças e imagens partilhadas. Mauss, com a noção de “fato social total” e seus estudos sobre a dádiva, ritos e técnicas do corpo, oferece um modelo de análise em que práticas materiais, símbolos e normas se articulam numa totalidade social, que a história das mentalidades annaliste vai explorar, para saber mais: MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Halbwachs, por sua vez, desenvolve a teoria da memória coletiva mostrando como toda lembrança individual se ancora em grupos (família, classe, religião, nação) e em quadros espaciais e temporais específicos, o que inspira os historiadores dos Annales a tratar memória, crença e imaginário como construções sociais situadas, fundamentais para compreender mentalidades e usos do passado, para saber mais: HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. São Paulo: Centauro, 2006

³² Destacamos o trabalho do economista, François Simiand denuncia os chamados “ídolos” dos historiadores: o político, o individual e o cronológico. Argumenta que a história, ao privilegiar eventos, grandes personagens e a sucessão linear do tempo, afastava-se do estatuto científico das ciências sociais. Em seu lugar, propõe uma história voltada para fatos sociais, analisados por meio de séries econômicas, regularidades e estruturas de longa duração, aproximando o método histórico da sociologia. Ofereceu um programa de história econômica serial e estrutural, em oposição à narrativa factual e político-eventual da Escola Metódica. Para saber mais: SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Bauru: Edusc, 2003

³³ Na primeira geração houve grande influência de Sigmund Freud, entendendo que a vida em sociedade exige a repressão dos impulsos individuais, especialmente sexuais e agressivos, gerando um conflito permanente entre *instinto e cultura*. A civilização, ao garantir ordem e segurança, produz inevitavelmente *culpa, frustração e sofrimento psíquico*, tornando o mal-estar uma condição estrutural da experiência humana. Para saber mais: FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Já na segunda geração, Robert Mandrou, analisa a formação da França moderna a partir das *estruturas mentais coletivas*, investigando crenças, sensibilidades, medos, valores morais e formas de percepção do mundo entre os séculos XVI e XVII. Inserido na segunda geração dos Annales, o autor propõe uma *psicologia histórica* que busca compreender como os indivíduos pensavam e sentiam dentro de quadros culturais compartilhados, mais do que explicar a história por eventos políticos. Mandrou examina temas como religião, superstição, racionalidade, violência e disciplinamento social, articulando cultura, sociedade e poder. A obra consolida a história das mentalidades como um campo legítimo da investigação histórica, ampliando o diálogo entre história, psicologia social e sociologia. Para saber mais: MANDROU, Robert. **Introduction à la France moderne: essai de psychologie historique (1500-1640)**. Paris: Éditions Albin Michel, 1961

O evento político, portanto, não é eliminado da interpretação histórica, mas tem seu estatuto profundamente redefinido: ele passa a ser analisado como a manifestação visível, muitas vezes conjuntural ou crítica, de processos históricos mais lentos e profundos. Assim, o acontecimento deixa de ocupar o centro organizador da narrativa e se insere em uma explicação mais ampla, atenta às permanências, às regularidades e às formas de longa duração que estruturam a experiência social. Esse deslocamento é exemplarmente desenvolvido por Bloch e Febvre em obras como *A sociedade feudal*³⁴, *Os reis taumaturgos*³⁵ e *Combates pela história*³⁶.

Com a consolidação da segunda geração dos Annales, especialmente a partir da obra de Fernand Braudel, o conceito de *longue durée* adquire sua formulação clássica. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*³⁷ (BRAUDEL, 2016), Braudel distingue três níveis temporais: o tempo quase imóvel das estruturas geográficas, o tempo lento das economias e das sociedades e o tempo breve dos acontecimentos políticos. Essa tripla temporalidade implica uma profunda transformação na escrita da história, que deixa de se organizar como uma sequência linear de eventos para assumir a forma de uma sobreposição de camadas temporais.

A centralidade das estruturas materiais e sociais traz consigo a valorização do cotidiano e da “vida prática” das populações anônimas. Séries de preços, ritmos agrícolas, padrões alimentares, rotinas de trabalho e formas de mobilidade tornam-se elementos centrais da explicação histórica. Em vez de narrar os feitos de estadistas e elites políticas, a história passa a ser construída a partir da

³⁴ Marc Bloch analisa o feudalismo como um *sistema social complexo*, marcado por relações de dependência pessoal, vínculos de fidelidade e estruturas de poder descentralizadas. A obra destaca como economia, mentalidades, práticas jurídicas e formas de dominação se articulam na organização da sociedade medieval, oferecendo uma interpretação estrutural e comparativa do mundo feudal. Para saber mais: BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Edições 70, Lisboa, 1987.

³⁵ Nessa obra, Bloch investiga a crença no **poder sobrenatural de cura** atribuído aos reis da França e da Inglaterra, analisando-a como um fenômeno histórico e social, e não como simples superstição. A obra evidencia conceitos centrais como **mentalidades coletivas, representações simbólicas do poder, crença e longa duração**, demonstrando como a legitimidade política se sustenta também em sistemas simbólicos compartilhados. Bloch mostra que o poder régio se constrói historicamente pela articulação entre rituais, tradições, religião e imaginação social, inaugurando uma abordagem que integra história política e história cultural. Para saber mais: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra**. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

³⁶ Em *Combates pela história*, Lucien Febvre reúne textos programáticos nos quais defende uma profunda renovação da historiografia, combatendo a história factual, política e positivista. A obra evidencia conceitos como *história-problema, interdisciplinaridade, mentalidades, sensibilidade histórica e tempo histórico*, afirmando que o historiador deve formular perguntas ao passado e dialogar com as ciências sociais. Febvre sustenta que a história é uma ciência do *homem no tempo*, na qual economia, cultura, psicologia e geografia são dimensões inseparáveis da análise histórica, consolidando os fundamentos intelectuais da Escola dos Annales. Para saber mais: FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

³⁷ Em *O Mediterrâneo*, Fernand Braudel revolucionou a historiografia ao substituir a narrativa linear de eventos por uma estrutura de três temporalidades sobrepostas: a *longa duração* (tempo geográfico e quase imóvel da relação homem-meio), a *conjuntura* (tempo social de ritmos econômicos e sociais) e o *acontecimento* (tempo curto da política e dos indivíduos, que ele chamava de “espuma das ondas”). Através da *geo-história*, ele redefine o Mediterrâneo não apenas como espaço físico, mas como um sistema vivo de intercâmbios, deslocando o foco dos grandes heróis para as estruturas profundas que moldam a história humana. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

experiência ordinária de camponeses, artesãos e trabalhadores, redefinindo a própria percepção do tempo histórico como entrelaçamento de permanências, durações longas e transformações graduais.

O diálogo interdisciplinar fica evidente, na trajetória da revista *Annales* evidencia uma sucessão de gerações intelectuais, cada uma marcada por reposicionamentos teóricos e metodológicos e por distintas formas de diálogo interdisciplinar. Entre 1929 e 1937, os editoriais de Bloch e Febvre enfatizam a cooperação com as ciências sociais, concebendo a revista como um laboratório metodológico voltado à história econômica e social, no qual se articulam geografia humana, sociologia durkheimiana, demografia e economia.

No pós-guerra, com a fase *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Braudel reforça a centralidade da história econômica e social e da quantificação, ao mesmo tempo em que amplia o escopo temático para incluir a história demográfica, a história agrária³⁸ e o estudo dos sistemas de troca³⁹.

A partir de 1969, a entrada de uma nova geração, essa terceira geração representada por autores como Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Marc Ferro, marca o deslocamento em direção à história das mentalidades e à antropologia histórica. O diálogo interdisciplinar se expande então para a antropologia, a etnologia e a psicologia social, e a revista passa a privilegiar temas como cultura, memória, crenças, imaginário e representações, articulando temporalidades estruturais com as temporalidades da experiência simbólica.

Na chamada terceira geração dos *Annales*, frequentemente designada como Nova História, o movimento consolida uma virada em direção às mentalidades, à vida privada, às sensibilidades e às mediações culturais do passado. Essa fase, associada a nomes como Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Philippe Ariès, Marc Ferro e Jacques Revel, desloca o foco da história das estruturas

³⁸ A História agrária fica evidente com seu espaço nos *Annales* com a publicação de *Os caracteres originais da história rural francesa*, Bloch analisa a formação histórica do mundo rural francês a partir das *estruturas agrárias*, dos *regimes de propriedade* e das *relações sociais no campo*, rejeitando explicações baseadas em eventos políticos ou em modelos jurídicos abstratos. A obra evidencia conceitos centrais como *longa duração*, *estrutura social*, *comunidade rural*, *regimes agrários* e *mentalidades camponesas*, mostrando como práticas agrícolas, formas de exploração da terra e costumes coletivos se constituíram lentamente ao longo do tempo. Bloch enfatiza o caráter histórico e social da paisagem rural, entendida como produto da ação humana acumulada, e consolida uma abordagem comparativa e interdisciplinar que se tornou referência para a história agrária e para o projeto intelectual dos *Annales*. Para saber mais: BLOCH, Marc. **Os caracteres originais da história rural francesa**. Lisboa: Edições 70.

³⁹ Na segunda geração dos *Annales*, Labrousse mostra que a Revolução Francesa nasce de uma crise econômica de longa duração, não só de causas políticas imediatas. Com séries de preços e rendas, ele demonstra um ciclo prolongado de alta dos preços agrícolas e empobrecimento popular que, somado à crise financeira do Estado, torna insustentáveis as estruturas fiscais e agrárias do Antigo Regime e cria a conjuntura explosiva de 1788-1789. A tese central é que a combinação de uma crise de subsistência (más colheitas, alta do preço do pão), crise industrial (desemprego nas manufaturas) e crise financeira do Estado cria uma conjuntura explosiva, na qual tensões estruturais antigas do Antigo Regime (privilegios fiscais, peso da renda feudal, rigidez corporativa) se tornam insuportáveis e abrem caminho para a ruptura revolucionária. Para saber mais: LABROUSSE, Ernest. **La crisis de la economía francesa al final del Antiguo Régimen y al principio de la Revolución**. Madrid: Tecnos, 1987

econômicas e sociais (marcante na geração de Braudel e Labrousse) para a análise do imaginário, da experiência cotidiana, das representações do tempo, da família, da infância, da morte, do clima e das imagens (especialmente o cinema). Ao mesmo tempo, esses autores aprofundam o diálogo com outras ciências humanas, antropologia, sociologia, psicologia social, linguística, e introduzem uma atitude mais reflexiva e autocrítica diante da própria prática historiográfica, abrindo caminho para debates sobre escalas de observação, usos políticos do passado e os limites do projeto “totalizante” clássico dos Annales.

Na terceira geração dos Annales, Jacques Le Goff usa a Idade Média para pensar mentalidades, tempo e imaginário, deslocando o foco da narrativa política para as estruturas simbólicas que organizam a experiência social. Em *O nascimento do Purgatório* (LE GOFF, 1993a)⁴⁰, ele reconstrói lentamente a invenção dessa “terceira morada” entre céu e inferno, mostrando como uma nova crença sobre o além emerge de práticas litúrgicas, medos, esperanças e representações espaciais e temporais do Ocidente medieval. Em *Tempo, trabalho e cultura no Ocidente medieval* (LE GOFF 2005)⁴¹, recolhe ensaios que analisam como monges, camponeses e burgueses medievais viviam e representavam o tempo (sagrado, do sino, do relógio, do mercado) e o trabalho, articulando economia, religiosidade e cultura. Já em *Os intelectuais na Idade Média* (LE GOFF, 1993)⁴², Le Goff trata os intelectuais como grupo social específico, ligado às cidades e universidades, e faz uma história social das ideias em que figuras como Abelardo encarnam novas formas de pensar, ensinar e ocupar o espaço social, iluminando o imaginário e as hierarquias culturais do período.

Seguindo a terceira geração, o trabalho de Emmanuel Le Roy Ladurie se torna uma figura central da terceira geração dos Annales ao articular aldeias, clima e micro-história em estudos que descem à escala do cotidiano, mas continuam ancorados em séries e estruturas de longa duração. Em *Montaillou: povoado occitânico, 1294-1324* (LADURIE, 1997)⁴³, ele reconstrói minuciosamente a vida de um vilarejo camponês a partir de processos inquisitoriais, produzindo uma micro-história “de baixo”, atenta a crenças, sociabilidades e práticas materiais. Em *O Carnaval de Romans: da Candelária à Quarta-Feira de Cinzas (1579-1580)* (LADURIE, 2002)⁴⁴, analisa um conflito urbano em 1579-1580, mostrando como festa, violência política e cultura popular se entrelaçam, de modo

⁴⁰ Para saber mais: LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Tradução de Hilário Franco Júnior. Brasília: Editora UnB, 1993a.

⁴¹ Para saber mais: LE GOFF, Jacques. **Tempo, trabalho e cultura no Ocidente medieval**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Bauru: EDUSC, 2005

⁴² Para saber mais: LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993b

⁴³ Para saber mais: LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico, 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

⁴⁴ Para saber mais: LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Carnaval de Romans: da Candelária à Quarta-Feira de Cinzas (1579-1580)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

que a política aparece encarnada em rituais e símbolos. Já na obra *Historia del clima desde el año mil* (LADURIE, 1991)⁴⁵ na série de estudos de história humana e comparada do clima, Ladurie articula clima, economia e sociedade, usando séries climáticas de longa duração para explicar crises de subsistência, oscilações econômicas e transformações sociais, aproximando história ambiental e história social.

Marc Ferro se destaca, na órbita da terceira geração dos Annales, por articular cinema, colonização e usos políticos do passado, deslocando o foco para as mediações entre história, imagens e poder. Em *Cinema e História* (FERRO, 2010)⁴⁶, ele formula a ideia de que o cinema é ao mesmo tempo fonte e agente da história, pois produz representações que não apenas documentam o passado, mas intervêm nele, moldando memórias coletivas e imaginários políticos. Em *A História vigiada*⁴⁷, aprofunda essa preocupação ao discutir como Estados, partidos e mídias controlam, censuram e instrumentalizam a escrita da história, tematizando a vigilância ideológica sobre o historiador e os discursos históricos. Já em *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX* (FERRO, 1996)⁴⁸, Ferro oferece uma síntese das experiências coloniais em escala mundial, enfatizando a relação dominantes/dominados, os mecanismos de dominação e os mitos, traumas e memórias que a colonização deixa como herança, reforçando sua preocupação com os usos sociais e políticos do passado.

Pierre Nora é um dos principais nomes da terceira geração dos Annales, associada à *Nouvelle Histoire* (Nova História), tendo papel central em obras programáticas como a coletânea *Faire l'histoire* (*Fazer história*)⁴⁹, escrita com Jacques Le Goff, que explicita a ampliação de objetos e métodos (história das mentalidades, do cotidiano, da cultura) característica da terceira geração, nessa coletânea uma colaboração é o capítulo *O Retorno do Acontecimento*, Pierre Nora reabilita o fato histórico dentro da Escola dos Annales, rompendo com a visão de que o evento seria apenas uma "poeira" superficial da longa duração. O autor introduz o conceito de *acontecimento monstruoso*, argumentando que, na era da comunicação de massa, o fato não apenas ocorre, mas é espetacularizado e consumido instantaneamente, tornando-se indissociável da sua transmissão mediática. Para Nora, a mídia não apenas relata, mas "fabrica" o acontecimento, o que permite o surgimento de uma *História*

⁴⁵ Para saber mais: LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Historia del clima desde el año mil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

⁴⁶ Para saber mais: FERRO, Marc. **Cinema e história**. Tradução de Flávia Nascimento. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010

⁴⁷ Para saber mais: FERRO, Marc. **A história vigiada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

⁴⁸ Para saber mais: FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

⁴⁹ Para saber mais: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **Fazer história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 3 v.

do *Tempo Presente* dedicada a analisar como a sociedade processa seus traumas em tempo real. Nora se torna referência internacional com o vasto projeto dos lugares de memória⁵⁰, no qual mostra como a identidade coletiva francesa é construída e disputada em torno de marcos simbólicos (monumentos, datas, mitos políticos), aproximando o campo dos Annales das discussões sobre memória, identidade e tempo presente. Desse modo, ele condensa a passagem de uma história social de longa duração para uma história sensível às representações, à memória e ao presente, funcionando como figura emblemática da terceira geração e como ponte para as preocupações que serão retomadas e radicalizadas pela história cultural após 1989, colocada por muito como uma quarta geração.

Philippe Ariès é um dos nomes centrais da história das mentalidades, que integra essa terceira geração, especialmente em torno da família, da infância e da morte. Em *História social da criança e da família* (ARIÈS, 1981)⁵¹, ele reconstrói a longa transformação das sensibilidades em torno da infância, mostrando como a criança passa de figura quase indiferenciada dentro do grupo doméstico a objeto de afetos específicos, escolarização e controle, o que revela mudanças profundas na vida privada e nos valores familiares. Já em *História da morte no Ocidente* (ARIÈS, 1977)⁵², reúne quatro conferências, Ariès acompanha a passagem de uma morte “domesticada”, vivida coletivamente e com rituais estáveis, para formas modernas de medicalização, silenciamento e afastamento do moribundo, evidenciando deslocamentos nas atitudes diante do tempo, do corpo e do além. Essas duas obras dialogam diretamente com Le Goff e Le Roy Ladurie ao inscrever infância, família e morte no campo das sensibilidades coletivas, fazendo da experiência íntima um observatório privilegiado das transformações culturais de longa duração.

Jacques Revel costuma ser pensado menos como “nome clássico de manual” da terceira geração dos Annales e mais como figura de transição entre a *Nouvelle Histoire* (Nova História) e o chamado *tournant critique* (Giro Crítico), porque seus textos tematizam diretamente a própria tradição annaliste e propõem uma reflexão metodológica sobre escalas, narrativas e história da historiografia. No texto *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado* (REVEL, 2000)⁵³, Revel discute o uso combinado de aproximações micro e macro, articulando experiências locais e estruturas amplas em diálogo com a herança de Braudel e

⁵⁰ Para saber mais: NORA, Pierre. **Lugar de memória**. In: NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993

⁵¹ Para saber mais: ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

⁵² Para saber mais: ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Leo Magarinos de Souza Rocha. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

⁵³ REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (org.). **Novo vocabulário das ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 125-144.

com a micro-história italiana⁵⁴. Como organizador e coautor, destaca-se em obras como *Jeux d'échelles* (Jogos de escalas), que reúne estudos sobre mudança de escala na análise histórica, e em trabalhos sobre história social e cultural da França moderna (como *A lógica das multidões: o caso dos raptos de crianças em Paris em 1750*⁵⁵, com Arlette Farge). Essa obra analisa um episódio de pânico coletivo em Paris no século XVIII, interpretando os supostos raptos de crianças não como crimes isolados, mas como fenômenos sociais ligados a tensões urbanas, à desconfiança em relação às autoridades e à circulação de boatos. Revel e Farge mostram que a multidão age segundo uma racionalidade própria, fundada em experiências e medos compartilhados. Inserida na tradição dos *Annales*, a obra valoriza práticas sociais e representações coletivas “vistas de baixo”, ao mesmo tempo em que renova esse projeto ao adotar uma escala micro-histórica, usando um acontecimento específico para revelar estruturas sociais mais amplas.

A chamada “quarta geração” dos *Annales* é, em geral, o rótulo dado ao conjunto de historiadores associados à revista a partir de cerca de 1989, quando a “história das mentalidades” entra em declínio e uma nova história cultural, marcada pelos *turns* cultural e linguístico, torna-se hegemônica. Essa geração não é tão coesa quanto as anteriores, mas a bibliografia costuma apontar alguns nomes e traços recorrentes. Os editoriais desse período reconhecem a necessidade de reavaliar os limites da história social quantitativa e de incorporar debates sobre linguagem, discurso, cultura e subjetividade.

Essa reconfiguração é explicitada em 1994, com a mudança de título para *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. A nova denominação afirma a história como interlocutora central das ciências sociais, e não apenas como campo de aplicação de seus métodos. A ampliação do comitê editorial,

⁵⁴ Muitos autores que colaboraram com a revista *Quaderni Storici* que desde 1966 se tornou como um destaque da pesquisa da micro-história, com publicações de Carlo Poni, sendo considerado o pioneiro a usar o conceito de Micro-história, O artigo "Azienda agraria e microstoria" (1978) é um manifesto metodológico na qual Poni propõe que a história econômica seja analisada a partir da microanálise, analisando esse microcosmo social que dialoga com o macro social. Em vez de focar em grandes índices de exportação ou produção nacional, Poni defende o estudo da unidade produtiva (a *azienda*) como um laboratório social. Para saber mais: PONI, Carlo. Azienda agraria e microstoria. **Quaderni Storici**, v. 13, n. 39 (3), p. 1184-1187, dic. 1978. O nome mais conhecido foi o a publicação de Carlo Ginzburg, analisando o caso de Domenico Scandella (Menocchio), apresenta o conceito de *paradigma indiciário* para saber mais: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Giovanni Levi, que calaborou com o conceito de *herança imaterial* ilumina o lado "invisível" da história, mostrando que o prestígio, a autoridade e os favores circulavam como moedas de troca tão reais quanto o capital financeiro. Para saber mais: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Por fim, destacamos Edoardo Grendi, formulador do conceito *excepcional normal* que é um conceito metodológico, trabalhando com um documento ou evento "excepcional" (como um processo judicial bizarro ou um comportamento desviante) só existe porque ele rompeu as normas de sua época; logo, ao analisar o que foi considerado fora do comum, o historiador consegue enxergar as regras e comportamentos "normais" que, de outra forma, seriam invisíveis por serem triviais. Para saber mais: GRENDI, Edoardo. **O excepcional normal: e outros ensaios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁵⁵ FARGE, Arlette; REVEL, Jacques. **A lógica das multidões: o caso dos raptos de crianças em Paris em 1750**. Tradução de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

com a inclusão de sociólogos e economistas, reforça esse movimento, assim como o aumento da participação de autores não historiadores.

Georges Duby e Jacques Revel aparecem na literatura justamente como figuras-ponte entre a terceira geração dos Annales (história das mentalidades) e a chamada quarta geração, centrada na história cultural das práticas e no *tournant critique* da historiografia francesa. Eles pertencem biograficamente à terceira geração, mas seus temas, problemas e tomadas de posição abrem caminho para a virada cultural e reflexiva que se consolida a partir de 1989. Nesse quadro, é possível destacar, entre outros, Roger Chartier, Jean-Claude Schmitt e François Dosse, cada qual com um modo específico de retomar e problematizar o legado dos *Annales*.

No caso de Georges Duby, ele é normalmente classificado na terceira geração, ao lado de Le Goff, como um dos grandes nomes da “Nova História”, articulando longa duração, estruturas sociais e história das mentalidades medievais. Ao mesmo tempo, seus trabalhos sobre imaginário cavaleiresco, modelos culturais e representações do feminino e da nobreza (como em *O domingo de Bouvines*⁵⁶ ou em seus estudos sobre a sociedade feudal) deslocam o foco da pura história socioeconômica para uma história cultural profundamente interessada em símbolos, modelos e narrativas, abrindo um flanco que a quarta geração irá radicalizar com o giro cultural. Por isso, alguns autores o incluem entre os defensores da quarta geração ou, pelo menos, como precursor imediato da história cultural das práticas que se afirma no fim dos anos 1980

Roger Chartier emerge como uma das figuras centrais da chamada “nova história cultural”, deslocando o foco das estruturas de longa duração para as práticas de leitura, de escrita e de circulação de textos. Entre suas obras mais influentes estão *A história cultural: entre práticas e representações* (CHARTIER, 2002)⁵⁷ (onde explicita seu programa de uma história cultural atenta à materialidade dos textos e às formas de apropriação), *A ordem dos livros* (CHARTIER, 1994)⁵⁸ e *A aventura do*

⁵⁶ Para saber mais: DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

⁵⁷ O conceito central de *Representação* refere-se às imagens, textos e classificações que diferentes grupos utilizam para dar sentido ao mundo e afirmar sua identidade, funcionando muitas vezes como uma ferramenta de poder e exclusão. Chartier articula isso com o conceito de *Prática*, que examina como esses modelos culturais são concretamente vividos e transformados no cotidiano. Por fim, o autor destaca a *Apropriação*, defendendo que os indivíduos (como leitores ou espectadores) não recebem mensagens de forma passiva; eles reinterpretem e reinventam os significados originais de acordo com seus próprios horizontes sociais e suportes materiais, garantindo uma autonomia criativa mesmo diante de normas impostas. Para saber mais: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galmarini. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

⁵⁸ Nessa obra, o autor investiga os mecanismos criados pela cultura ocidental para domesticar a abundância de textos e combater o medo da perda ou do excesso de informação entre os séculos XIV e XVIII. O autor articula três dimensões fundamentais: a *ordem dos livros*, que abrange a organização física e ideal das bibliotecas e catálogos; a *ordem dos textos*, que analisa a construção histórica e jurídica da figura do autor como detentor da autoridade e propriedade sobre a obra; e a *ordem da leitura*, que enfatiza como a materialidade do suporte (do rolo ao código) molda as práticas de recepção e interpretação. Assim, Chartier demonstra que o sentido de um texto não é abstrato, mas indissociável da forma física que

livro (CHARTIER, 1998)⁵⁹, nas quais analisa a constituição histórica dos dispositivos editoriais e das formas de leitura; além de inúmeros ensaios reunidos em coletâneas dedicadas à história do livro e da leitura. A partir desses trabalhos, Chartier mostra como as significações dos textos variam conforme o suporte, a cena de leitura e a posição social dos leitores, relativizando qualquer ideia de mensagem fixa e aproximando a tradição dos *Annales* das discussões foucaultianas e bourdieusianas sobre discurso e campo cultural.

Jean-Claude Schmitt, por sua vez, consolida uma vertente de história antropológica do Ocidente medieval, herdeira de Jacques Le Goff, em que o imaginário, os ritos, os gestos e as imagens ganham centralidade. Entre suas principais obras podem ser citadas *La razón de los gestos en el Occidente medieval* (SCHMITT, 2014) (onde examina os gestos como linguagem social e simbólica)⁶⁰, *Os vivos e os mortos na sociedade medieval* (SCHMITT, 1999)⁶¹, prolongam o ideal annalista de interdisciplinaridade, mas agora em chave antropológica, voltada à articulação entre temporalidades longas, permanências do imaginário e análise fina de práticas culturais.

Bernard Lepetit foi um dos principais articuladores do "Tournant Critique"⁶² (Virada Crítica) da quarta geração da Escola dos Annales, propondo uma ruptura com o determinismo das estruturas sociais rígidas. Sua obra mais influente, *As Formas da Cidade: contribuição para uma historiografia* (LEPETIT, 2001)⁶³ publicado originalmente em francês em 1988, exemplifica seu interesse pela história urbana não como um objeto estático, mas como um processo dinâmico de construção social.

o carrega e das normas que regem sua circulação social. Para saber mais: CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

⁵⁹ A obra, estruturada em forma de entrevista, analisa as transformações da cultura escrita a partir da *revolução digital*, traçando paralelos com mudanças ocorridas em períodos anteriores. Chartier centra sua reflexão na passagem do *códice à tela*, defendendo que o suporte eletrônico não modifica apenas o meio de circulação do texto, mas reconfigura profundamente as práticas de leitura. Diferentemente do livro impresso, associado a uma leitura linear e totalizante, o texto digital promove uma leitura fragmentada, na qual o leitor assume o papel de *navegador*. O autor também problematiza a noção de autoria na era digital, discutindo a chamada *morte do autor* e a *instabilidade do texto eletrônico*, cuja possibilidade constante de intervenção questiona conceitos clássicos como obra acabada, autoria e propriedade intelectual. Para saber mais: CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998

⁶⁰ Para saber mais: SCHMITT, Jean-Claude. **La razón de los gestos en el Occidente medieval**. Madrid: Siruela, 2014

⁶¹ Para saber mais: SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

⁶² O *tournant critique* refere-se a textos publicados nos *Annales* a partir de 1988, nos quais o próprio movimento passa a realizar uma crítica interna de seus fundamentos, especialmente os da *Nouvelle Histoire*. Essa guinada questiona a ideia de uma história totalizante, o uso pouco rigoroso do conceito de mentalidades e a confiança excessiva na interdisciplinaridade. Com isso, os *Annales* deixam de se afirmar como um paradigma hegemônico e assumem uma postura de pluralização e autocontestação, transformando a revista em um espaço de debate entre abordagens diversas. Esse processo abre caminho para o que alguns autores chamam de quarta geração, marcada pela consolidação de uma história cultural das práticas, que abandona a pretensão de unidade teórica e metodológica e reconhece a coexistência de múltiplas perspectivas sob o rótulo amplo dos *Annales*.

⁶³ LEPETIT, Bernard. **As formas da cidade: contribuição para uma historiografia**. Tradução de Cássia S. Rosa e Adail Sobral. São Paulo: Edusp, 2001.

O conceito central de Lepetit é o "Jogo de Escalas" (*Jeux d'échelles*), que defende que a mudança no nível de observação (do micro ao macro) não apenas amplia o detalhe, mas altera a própria natureza do conhecimento histórico. Para ele, o historiador deve focar na *agência dos atores sociais* e nas suas estratégias, entendendo que as estruturas são resultadas de interações humanas contínuas e não forças abstratas que governam o destino de forma inevitável.

André Burguière é uma figura fundamental na transição entre a terceira e a geração após 1989 dos *Annales*, destacando-se pela sua capacidade de integrar a história com a antropologia. A sua obra mais marcante é a *História da Família* (BURGUIÈRE, 1987) ⁶⁴ (que dirigiu e organizou), onde subverte a ideia de uma evolução linear da estrutura familiar, demonstrando a diversidade de modelos em diferentes contextos culturais. Nessa obra, se destaca seu capítulo, *Antropologia Histórica*, defendendo que a família não é uma unidade biológica fixa, mas uma construção cultural que se transforma no tempo. O autor rompe com a ideia de uma evolução linear da família do "primitivo" ao "moderno" e propõe que o historiador deve investigar as lógicas de parentesco, as estratégias de sucessão e os sistemas de valores que ditam quem pertence ao grupo doméstico. Burguière utiliza o conceito de longa duração para mostrar como as práticas cotidianas, como a escolha do cônjuge, a herança de bens e os ritos de batismo, revelam estruturas mentais profundas que resistem às mudanças políticas e econômicas. Assim, o capítulo funciona como um manifesto metodológico, integrando a demografia, o direito e a sociologia para compreender a família como o lugar onde o indivíduo e a sociedade se encontram e se reproduzem. Uma outra importante contribuição foi a escrita do livro *A Escola dos Annales: Uma História Intelectual* (BURGUIÈRE, 2018) ⁶⁵, onde analisa criticamente os paradigmas e as transformações da historiografia francesa.

François Dosse ocupa uma posição distinta: mais do que "membro" da escola, ele é o historiador da historiografia que toma os *Annales* como objeto privilegiado, inscrevendo-os numa vasta reflexão sobre a cultura intelectual francesa dos séculos XX e XXI. Sua obra-chave nesse sentido é *História em migalhas: dos Annales à Nova História* (DOSSE, 2003) ⁶⁶, em que reconstitui a trajetória da escola, das origens com Marc Bloch e Lucien Febvre à consagração com Braudel e à dispersão da "nova história", sublinhando tanto as inovações quanto as limitações do paradigma annalista (como a tendência a minimizar a política e a dificuldade em articular uma filosofia da

⁶⁴ Para saber mais: BURGUIÈRE, André (org.). **História da família**. Tradução de Cláudia Berliner e Viviane de Lamare. Rio de Janeiro: Mundos Próximos, 1987

⁶⁵ Para saber mais: BURGUIÈRE, André. **A Escola dos Annales: uma história intelectual**. Tradução de Anthony Cleaver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁶⁶ Para saber mais: DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Tradução de Magda S. Monteiro. Bauru: EDUSC, 2003

história). Em outros livros, como *A saga dos intelectuais franceses (1944-1989)* (DOSSE, 2021)⁶⁷, Dosse insere os *Annales* no panorama das grandes correntes intelectuais francesas (marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo) e, em biografias intelectuais de Paul Ricoeur ou de outros pensadores, discute temas como regimes de historicidade, memória, narrativa e tempo presente, que ajudam a compreender a inflexão da historiografia francesa depois de 1989. Assim, incluir Dosse nesse quadro significa apresentá-lo como intérprete-crítico da tradição dos *Annales*, alguém que faz a mediação entre as gerações clássicas e as formas mais recentes de escrever história, marcadas pela pluralização de escalas, pela abertura à teoria e pela consciência de que, no mundo pós-1989, a história se escreve inevitavelmente “em migalhas”.

A historiografia ligada ao legado dos *Annales* no século XXI reflete um mundo em mutação, marcado pela globalização, pela revolução digital e por uma nova angústia em relação ao tempo. Mais do que uma “escola” coesa, a partir dos anos 2000 esse campo passa a dialogar intensamente com a História Global e Conectada, se já era difícil estabelecer uma quarta geração dos *Annales*, trazer a ideia de uma quinta geração perde-se de horizonte. Historiadores como o autor indiano Sanjay Subrahmanyam, ao publicar *Impérios em conflito: ouro, especiarias e cristãos no Sudeste Asiático* (SUBRAHMANYAM, 1994), apresenta o conceito *histórias conectadas*⁶⁸, visto que o uso das técnicas no mundo capitalista possibilitou as diversas conexões de mundo distintos, e isso contribuiu para romper com a visão eurocêntrica, propondo que o passado não seja estudado como um conjunto de nações isoladas, mas através dos fios, trocas e conflitos que historicamente ligaram diferentes espaços numa rede de influências recíprocas.

Nesta nova fase, o foco deslocou-se também para a forma como as sociedades percebem a sua existência no tempo. François Hartog, com o conceito de *regimes de historicidade*, diagnosticou uma era de *presentismo*⁶⁹, em que a aceleração do cotidiano e a crise das utopias de futuro tendem a

⁶⁷ Para saber mais: DOSSE, François. **A saga dos intelectuais franceses (1944-1989)**. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

⁶⁸ Para saber mais: SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em conflito: ouro, especiarias e cristãos no Sudeste Asiático**. Lisboa: CNCDP, 1994.

⁶⁹ Hartog analisa como a sociedade organiza sua experiência temporal através de três modelos fundamentais: o *Regime Antigo* (*História Magistra Vitae*), onde o passado serve como mestre e guia para o presente; o *Regime Moderno* (*Século XIX/XX*), impulsionado pela crença no progresso e na utopia de um futuro melhor; e o *Regime Presentista* (atualidade), marca da nossa era contemporânea. Neste último, o esgotamento das utopias e a aceleração do cotidiano isolam o indivíduo em um presente contínuo e onipresente, transformando o passado em objeto de consumo patrimonial e o futuro em um horizonte de incertezas. Para saber mais: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

encerrar-nos num presente contínuo, convertendo o passado em património disponível para consumo, gestão e disputa⁷⁰.

Ao mesmo tempo, propostas como de Romain Bertrand, com o livro *História a partes iguais: as origens da modernidade e o encontro de impérios* (BERTRAND, 2024)⁷¹, propõe uma renovação metodológica da história global ao exigir uma simetria no tratamento das fontes. Ao analisar o encontro entre holandeses e sociedades do Sudeste Asiático no século XVII, o autor rejeita a narrativa de uma superioridade europeia intrínseca, evidenciando que esses contatos se deram entre mundos políticos e culturais já altamente estruturados, que não podem ser lidos como simples preâmbulo da expansão ocidental. Bertrand utiliza crônicas locais e documentos vernáculos para devolver agência aos atores não europeus, construindo uma narrativa em que a modernidade deixa de ser um “presente” do Ocidente ao resto do mundo e passa a ser pensada como resultado de interações complexas e disputadas, em cenários onde o protagonismo europeu não é dado de antemão, mas precisa ser historicamente explicado. Sua obra é caracterizada por uma estrutura metodológica rigorosa: narrar encontros coloniais fazendo dialogar fontes indígenas e europeias com o mesmo peso crítico, evitando o protagonismo automático do colonizador e experimentando formas narrativas que acompanhem simetricamente os diferentes pontos de vista.

Nesse contexto, as pesquisas em diálogo com os Annales pós-2000 tendem a praticar uma história de escalas múltiplas e sensível à materialidade. Já não se busca apenas a “mentalidade” de um grupo, mas também trajetórias individuais, circulações de objetos, redes e conexões globais, assim como os modos pelos quais o passado é apropriado, encenado e disputado. A disciplina torna-se mais política e reflexiva, interrogando não só o que aconteceu, mas também como as narrativas históricas são construídas, quais relações de poder atravessam sua produção e de que maneira são consumidas num mundo digital em que a autoridade do autor e a experiência do tempo se encontram permanentemente em questão.

⁷⁰ Como possibilidade ao presenteísmo, Valdei Araujo e Mateus Pereira, apresentaram o conceito *Atualismo* representa uma radicalização do presentismo, na qual a experiência do tempo é ditada pela lógica das plataformas digitais e pela necessidade de atualização constante. Diferente de um presente estático, o atualismo é frenético: ele funciona como um fluxo de dados em rede que colapsa as distâncias entre passado, presente e futuro, transformando a história em um reservatório de conteúdos prontos para serem reprocessados e consumidos instantaneamente. Nesse cenário, a autoridade do conhecimento histórico é desafiada pela velocidade do algoritmo, e o sentido dos eventos deixa de ser buscado em uma continuidade temporal para ser encontrado na relevância efêmera do "agora" compartilhado. Para saber mais: ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória: Milfontes, 2018.

⁷¹Para saber mais: BERTRAND, Romain. **História a partes iguais: as origens da modernidade e o encontro de impérios**. Tradução de Mary Del Priore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2018.

ARIÈS, Philippe. História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Leo Magarinos de Souza Rocha. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

ASSIS, Arthur Alfaix: A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. Revista Tempo, v.20, p.1-18, 2014

ASSIS, Arthur Alfaix. What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of historiography. New York: Berghahn, 2014

ASSIS, Arthur Alfaix. What is history for? Johann Gustav Droysen and the functions of historiography. New York: Berghahn, 2014

ASSIS, Arthur. A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução. Ed. UFG, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 4, n. 6, p. 81-101, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. Revista de Teoria da História, v. 3, n. 1, p. 20-58, 2010.

BERNHEIM, Ernst. Introducción al estudio de la Historia. Barcelona: Labor, 1937

BERTRAND, Romain. História a partes iguais: as origens da modernidade e o encontro de impérios. Tradução de Mary Del Priore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Edições 70, Lisboa, 1987.

BLOCH, Marc. Os caracteres originais da história rural francesa. Lisboa: Edições 70.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. São Paulo: Martins Fontes, 2016

BURGUIÈRE, André (org.). História da família. Tradução de Cláudia Berliner e Viviane de Lamare. Rio de Janeiro: Mundos Próximos, 1987

BURGUIÈRE, André. A Escola dos Annales: uma história intelectual. Tradução de Anthony Cleaver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galmarini. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CHLADENIUS, Johann Martin. Princípios gerais da ciência histórica. Campinas: Editora da, 2013.
- DILTHEY, Wilhelm. A essência da filosofia. Editora Vozes Limitada, 2018.
- DILTHEY, Wilhelm. Wilhelm dilthey: selected works, volume iv: hermeneutics and the study of history. Princeton University Press, 2018.
- DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Tradução de Magda S. Monteiro. Bauru: EDUSC, 2003
- DOSSE, François. A saga dos intelectuais franceses (1944-1989). São Paulo: Estação Liberdade, 2021
- DROYSEN, Johann Gustav. Manual de teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2009
- DROYSEN, Johann Gustav. Manual de teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2009
- DUBY, Georges. O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- FARGE, Arlette; REVEL, Jacques. A lógica das multidões: o caso dos raptos de crianças em Paris em 1750. Tradução de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FEBVRE, Lucien. A Terra e a evolução humana. Lisboa: Cosmos, 1953
- FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Lisboa: Presença, 1989
- FERRO, Marc. A história vigiada. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FERRO, Marc. Cinema e história. Tradução de Flávia Nascimento. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010
- FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

FREITAS, Itamar. MÉTODO HISTÓRICO NA HISTORIOGRAFIA ALEMÃ (1736-1913). Revista Trilhas da História, v. 12, n. 23, p. 137-159, 2022.

GERVINUS, Georg Gottfried. Fundamentos de teoria da história. Editora Vozes Limitada, 2012.

GERVINUS, Georg Gottfried. Fundamentos de teoria da história. Tradução de N. Schneider. Brasília: Editora UnB, 2012.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GRENDI, Edoardo. O excepcional normal: e outros ensaios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HALBWACHS, Maurice. Os quadros sociais da memória. São Paulo: Centauro, 2006

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

HERDER, Johann Gottfried. Ideas para una filosofía de la historia de la humanidad. Buenos Aires: Editorial Losada, 2010

IGGERS, Georg G. The German conception of history: The national tradition of historical thought from Herder to the present. Wesleyan University Press, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto Editora, 2021.

LABROUSSE, Ernest. La crisis de la economía francesa al final del Antiguo Régimen y al principio de la Revolución. Madrid: Tecnos, 1987

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Historia del clima desde el año mil. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montailou: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montailou: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Carnaval de Romans: da Candelária à Quarta-Feira de Cinzas (1579-1580). São Paulo: Companhia das Letras, 2002

LAMPRECHT, Karl. What is History?: Five Lectures on the Modern Science of History. Macmillan Company, 1905.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). Fazer história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 3 v.

LE GOFF, Jacques. O nascimento do purgatório. Lisboa: Estampa, 1993

LE GOFF, Jacques. O nascimento do purgatório. Tradução de Hilário Franco Júnior. Brasília: Editora UnB, 1993a.

LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993b

LE GOFF, Jacques. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente medieval. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Bauru: EDUSC, 2005

LEPETIT, Bernard. As formas da cidade: contribuição para uma historiografia. Tradução de Cássia S. Rosa e Adail Sobral. São Paulo: Edusp, 2001

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LOPES, Marcos Antônio; BENTIVOGLIO, Julio. A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel. Editora Vozes Limitada, 2013.

MANDROU, Robert. Introduction à la France moderne: essai de psychologie historique (1500-1640). Paris: Éditions Albin Michel, 1961

MARX, Karl. O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. Paz e Terra, 2023

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2003

MEINECKE, Friedrich. A Catástrofe Alemã. Tradução de António Bento Teles. Lisboa: Edições 70, 1993.

MEINECKE, Friedrich. A Gênese do Historicismo. Bauru, SP: EDUSC, 2006

NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre história. Edições Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Lugar de memória. In: NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993

NORA, Pierrel. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PONI, Carlo. Azienda agraria e microstoria. Quaderni Storici, v. 13, n. 39 (3), p. 1184-1187, dic. 1978

RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. MOBILE LEARNING: APRENDER SOBRE O PASSADO NA CONVERGÊNCIA ENTRE LITERACIA DIGITAL E LITERACIA HISTÓRICA. Territórios e Fronteiras, v. 15, n. 1, 2022.

RANKE, Leopold von. Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514. Leipzig/Berlim: Reimer, 1824.

RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker: von 1494 bis 1514*. Leipzig/Berlim: Reimer, 1824.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In.: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial–Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, p. 17-18, 2000.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (org.). *Novo vocabulário das ciências sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 125-144.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III*. Brasília: UnB, 2007

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*. Brasília: UnB, 2001

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Tradução de Pedro Monteiro. Petrópolis: Vozes, 2000

SCHMITT, Jean-Claude. *La razón de los gestos en el Occidente medieval*. Madrid: Siruela, 2014

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. *A Didática Reconstructivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História*. Clio: Revista de Pesquisa Histórica (01024736), v. 42, 2024.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc, 2003

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em conflito: ouro, especiarias e cristãos no Sudeste Asiático*. Lisboa: CNCDP, 1994.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. *Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!*. Palavras ABEHrtas, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; JUNIOR BONETE, Wilian. questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD. *Saeculum-Revista de História* (0104-8929), v. 28, n. 48, 2023.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martins; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da History Education para a pesquisa em ensino de História. ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Muleet. *Ensino de história e suas práticas de pesquisa*. São Leopoldo: OIKOS, p. 96-113, 2021.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de geografia humana*. Tradução de Maria Leonor Guimarães. 2. ed. Lisboa: Cosmos; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1954

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002

WHITE, Hayden. O passado prático. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018.